

Obra publicada pelo Instituto de Economia da UNICAMP.

© Copyright 1998 - Carlos Francisco T. Machado Ribeiro de Lessa.

Projeto Gráfico-visual/Normalização

Célia Maria Passarelli Quadrio

Neide Pereira Baldoimovic

Após

Regina Voloch Santini

Revisão técnica

Maria Cristina Pereira de Freitas

Revisão

Lúcia Morelli

Capa

Fado Baptista da Costa Aguiar

Ficha catalográfica elaborada pelo Centro de Documentação - CEDOC  
do Instituto de Economia da UNICAMP

330.156

Lessa, Carlos

L566r

O conceito de política econômica: ciência ou ideologia? Carlos  
Lessa. - Campinas, SP: UNICAMP, 1E, 1998. (30 Anos de Economia  
- UNICAMP, 7)

Originalmente apresentada como Tese de Doutorado ao  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.  
ISBN 85-86215-17-1

1. Política econômica - Aspectos morais e éticos. 2. Economia  
keynesiana. 3. Economia. I. Título. II. Série.



UNICAMP

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia (www.iea.unicamp.br)

☐ Curso Posgrad 6135 ☎ (019) 788-5708 @ (019) 289-1512 ✉ public@iea.unicamp.br

13083-970 - Campinas, São Paulo - Brasil

À  
Leus Soares Pereira, Cidadão  
Exemplar  
In memoriam

Sim, porque a História chega à “ciência oficial” como um trauma geológico. Revolvendo camadas, criando novas configurações com rapidez crescente, a História está sempre reformando os alicerces do edifício e gerando pânico em seus moradores. Intranquila Economia Política: teve poucos momentos de descanso em seu trabalho esforçado. Construiu com os grandes clássicos liberais um brilhante programa de reformas; prevenindo-se da crítica da Economia Política a partir do valor-trabalho, construiu em Vienna, Lausanne e na velha Albion os alicerces do edifício neoclássico: teve um curto período de estabilidade. Em fins do século XIX já estavam visíveis as quebrasuras. A história impugnavia a Teoria microeconómica, pilar do edifício, uma impugnação agressiva que levou ao pânico a análise microeconómica. Maiores quebrasuras no edifício surgiram com o sublinhar do ciclo. Em pânico, fêz-se na idéia de controle. A “Teoria geral” keynesiana é um momento de paz. Com a análise macroeconómica a “ciência oficial” levanta a cabeça, volta a sorrir. Porém, a história não para. Instabilidade, longo prazo e dinâmica, estrutura e mudanças estruturais. Perigosamente, da análise macro, por um reforçado exercício, acerca-se à História: Crescimento proporcional, não proporcional, desenvolvimento económico e social. A percepção do histórico como aberto. Novos problemas concretos colocados pelo desenvolvimento histórico. Novo pânico analítico, agora na análise macroeconómica. Ressurge a idéia de Controle. Como a História já engendrou uma nova figura institucional – o Estado agigantado – o grito pelo Controle pode ser mais ouvido. A idéia de planificação contém e sufoca o grito. Por uma estranha metamorfose, em vez da confissão de impotência cognitiva, a idéia permite uma eufória. Controlemos intelectualmente o Controle. Aqui estamos.

Tentarei nesta parte do trabalho descrever algumas destas passagens, começando no momento de paz analítica que situamos no último quartel do século passado.

## 2.1 O tempo das utopias

“... de dia, procuramos inconscientemente as imagens perdidas dos sonhos e, por isso, quando encontramos uma delas, cremos reconhecê-la e dizemos que, só de nós, somos levados a sonhar” (Salvador Dalí)

Creio que, no último quartel do século XIX, o debate político-económico perfilava dois esquemas utópicos. O primeiro, obtido por transformações da primitiva visão liberal clássica, tomava um esquema asséptico pelo científico discurso marginalista neoclássico, que denominarei utopia bem-comportada ou sonho permitido. O segundo esquema, que não permite uma precisa estruturação sistematizada, pois admite inúmeras variantes, integra um conjunto de utopias mal comportadas. Este conjunto tem um denominador comum no desejo de corrigir (com maior ou menor radicalismo) aspectos por si considerados “desumanos” no desenvolvimento do capitalismo industrial, mediante a construção de “cidades-maravilha” que seriam edificadas com base em instituições justas e habitadas por homens de boa vontade.

A primeira utopia é panglossiana; tende a considerar que as “misérias” do mundo são as mínimas no melhor dos mundos possíveis; e tende a interpretar qualquer performance económico-social distinta das conclusões de seu sistema utópico como erros derivados de afastamento pelo concreto de seu esquema ideal. Esta primeira utopia é apresentada pela economia como “ciência oficial”.

A segunda utopia, ou, melhor, o conjunto de posições utópicas, pretende sempre corrigir injustiças ou disfunções através de um apelo à sensibilidade e/ou ao humanismo latente do homem. Enquanto a primeira tende a propor uma “recuperação da pureza perdida”, a segunda pretende corrigir com maior ou menor radicalismo as dimensões “desumanas” do real.

A prática de uma linguagem não exclui a outra. São frequentes os autores que praticam idiomas híbridos. Tampouco é fácil encontrar um autor que se “encrise” integralmente no primeiro esquema. Por conseguinte, a esquematização aqui apresentada tem que ser entendida como uma referência ideal. Porém, creio não errar ao afirmar que prevalecia naquele tempo uma tonalidade utópica no discurso da “ciência oficial” e nos proponentes de plantas de “cidades-maravilha”.

Ambas as linguagens utópicas tiveram e têm, num sentido que adiante elucidaremos – ciência. A primeira tem um “mercado cativo” no Sistema; a segunda faz vendas ocasionais. A prática político-econômica concreta do Sistema recorre sistematicamente à primeira linguagem e ocasionalmente à segunda, em sua apresentação idealizada à “opinião pública”. Oportunamente voltaremos a este ponto, por agora, procuraremos perfilar os dois esquemas.

A partir dos anos 70 do século passado, a “ciência oficial” realiza sua “revolução da teoria do valor da utilidade marginal” inaugurando o que muitos historiadores da análise econômica – Schumpeter, Hutchinson, Blaug, etc. – consideram o início da idade científica da economia e o que Dobb denominou início da redução da Economia Política à Economia (*Economics* e/ou *Economic analysis*). Stanley Levons, Wicksteed e Edgeworth, na Inglaterra, Böhm-Bawerk, Von Wieser e Mengler, em Viena, Walras e seu sucessor Pareto, em Lausanne, são os revolucionários construtores do neoclassicismo.<sup>4</sup>

Marshall é o grande nome da “sedimentação” do pensamento neoclassico, recuperando para o interior da “ciência” alguns elementos recardados que a revolução da nova economia, em seu “radicalismo intelectual”, havia expulso. O pensamento neoclassico, através da revisão marginalista, recuperando as premissas do pensamento classico liberal, montou um corpo teórico que garante à Sociedade uma magnífica performance. A perseguição do interesse próprio individual é convergente com o interesse coletivo. Os agentes microeconômicos privilegiados (o

consumidor, o produtor, o proprietário de fator de produção) são supostos racionais, ou seja, adotam condutas maximizantes de seu interesse. Como ponto focal de seu discurso, o neoclassicismo propõe uma abordagem psicológica da conduta dos microagentes. Ainda que haja uma frondosa árvore de variantes, a idéia de utilidade é o ponto de partida. O exame do interesse em maximizar a utilidade permitiria a explicitação dos “motivos” que estariam por baixo do comportamento humano, produzindo-o e dirigindo-o. As necessidades e satisfações humanas, as avaliações subjetivas dos bens e rendimentos para os microagentes, a racionalidade de sua conduta ante estímulos alternativos estão baseadas na “utilidade para si”. Com este enfoque o consumidor ocupa o centro da construção teórica. É dominante do econômico, tanto no nível micro quanto no nível macro. É ditador. Por agregação de microcomportamentos racionais se produz para a Sociedade a maximização macroeconômica de seu interesse coletivo (Bren-Estari). Esta *désharmonie* garante para a Sociedade como um todo uma magnífica performance, qual seja:

- a) os fatores de produção serão sempre alocados de forma ótima, pois os produtores estão subordinados a um Ditador: o consumidor, que, expressando suas preferências, “educa” o produtor. Aquele que obedecer ao consumidor é premiado com a prosperidade e aquele que desobedecer é punido;
- b) a renda será repartida com equidade, pois cada proprietário de fator (universo do consumidor) receberá, pela cessão dos serviços dos fatores de sua propriedade, a remuneração julgada adequada, contrapartida, imediatamente, pelos produtores e, mediadamente e em último termo, pelos consumidores como conjunto;
- c) como produto se troca por produto, o sistema econômico opera a pleno emprego. Logo, garante segurança econômica a todos e a cada um dos que desejem trabalhar ou ceder fatores de sua propriedade ao processo produtivo;
- d) qualquer depressão no nível de atividade (provocada por causas externas) tende a autocorrigir-se, sem consequências sociais maiores.

Esta magnífica performance depende, para sua consecução, de certas condições. A mais importante delas é a presença de um sistema de

<sup>4</sup> O pensamento neoclassico tem inúmeros precursores: Von Thünen, Fossen e Cournot (na sua fundamente os seus estudos, seus seguidores foram logo). Na verdade, todos os cultores da “ciência oficial” foram e são neoclassicos. No período de consolidação do neoclassicismo, costumam ser assinaladas as contribuições de Wiesner, Cassel, J. B. Clark, Procopiou, etc.

mercados organizados de forma competitiva. A idealização abstrata deste sistema de mercados impõe, para cada um e para todos os mercados de bens e serviços de fator, condições de perfeita concorrência: atomizabilidade de demandantes e oferentes; homogeneidade de bens; perfeita mobilidade de fatores; livre entrada em qualquer mercado; perfeita informação; ausência de restrições de qualquer tipo. A competição de microagentes animados da racionalidade do princípio do extremo, operada através deste sistema de mercados, conduz a uma harmonia econômica e social. Este sistema de mercados é o mecanismo primordial que garante:

- a) o mínimo custo de produção dos bens e serviços;
  - b) o mínimo preço de mercado dos bens e serviços, e minimização do lucro concebido como resíduo;
  - c) a perfeita alocação e utilização dos fatores de produção segundo a vontade dos consumidores;
  - d) um persistente esforço pela diversificação de bens e serviços oferecidos aos consumidores;
  - e) um constante esforço pelo aprimoramento das qualidades dos bens e serviços produzidos;
- 1) a remuneração dos fatores de produção existentes segundo uma estimativa, pelo público, do valor de sua contribuição ao processo produtivo; como somente poderia haver desemprego ou subutilização voluntária, a renda de cada um seria máxima;
  - 2) a mansa e impessoal arbitragem pelo mercado de conflitos individuais ou intergrupais oriundos de interesses discrepantes que seriam harmonizados no fórum "democrático" do mercado; e
  - h) o contínuo progresso material da sociedade.
- A idealização supradescrita não se distingue radicalmente, como promessa de boa sociedade, da anterior visão clássica liberal.

Lato sensu, o sistema liberal e seus postulados conduziam a duas conclusões interdependentes. Em primeiro lugar, dispunha uma demonstração de que, sob o sistema da iniciativa privada e em condições de concorrência, atingir-se-ia um padrão de vida mais elevado do que sob qualquer outra forma de organização econômica. Em segundo lugar, que esse sistema econômico com sua liberdade econômica individual é a única instituição econômica compatível com a preservação da democracia

política. Como disse Viner (1940): "um dos dogmas é econômico; o outro é político".<sup>20</sup>

O neoclassicismo fez uma segunda demonstração dos teoremas do dogma liberal. Então, por que tanta balbúrdia e admissão pela "revolução marginalista"?<sup>21</sup>

Creio que Dobb esclarece:

"O termo *Economax* não é o mesmo que Economia Política. Esta última examina relações entre classes e grupos sociais, enquanto que a primeira procura a obtenção de um equilíbrio competitivo em uma sociedade atomista. A análise se destaca dos custos de produção para a utilidade, simultaneamente, apresenta o conceito de margem ou *margin* (o que facilita o recurso ao cálculo infinitesimal). Não apenas é derivado de fato a noção de custo objetivo, como é considerado inútil o conceito de *escassez*. Os problemas centrais da Ciência Econômica são agora o valor de mercado e o equilíbrio de estados subjacentes individuais. O valor já não tem agora uma única causa. Agora procede de relações dos participantes no mercado, deve-se agora completamente a uma função utilitária."<sup>22</sup>

A Economia Política clássica liberal, em simultâneo à proposição do *laissez-faire* tinha desdobramentos inconvenientes, a saber:

- a) estava impregnada de conclusões pessimistas sobre a performance do capitalismo;
- b) possibilitava, a partir da categoria de valor-trabalho, uma crítica radical da sociedade capitalista;
- c) mantinha o discurso econômico com o tom polêmico e crítico de instituições sociais; explicitamente assumia o papel de uma ideologia.

Era necessária uma operação intelectual que, preservando o núcleo básico da visão liberal de boa ordem social, tampoucas os flancos do discurso liberal e injetasse otimismo. Era necessária uma mudança de linguagem que introjetasse a ideologia no discurso intelectual. A apologeta tinha que ser apresentada como ciência. Esta ciência tinha que exorcisar a Crítica da Economia Política. Sem insistir em demasia sobre este tema, deixemos que falem os pais do neoclassicismo. Em primeiro lugar, a rejeição ao valor-trabalho: Stanley Jevons, no seu *Theory of political economy* (1871: 164-5):

<sup>20</sup> Vale a pena lembrar, uma vez utilizada, não tem nenhuma influência sobre o valor futuro de um bem; já se foi e está perdido para sempre. O comércio no

passado, posso, para sempre, e colamos, sempre, começando, hoje, em cada momento para julgar os valores das coisas com vistas à sua futura utilidade. A indústria é essencialmente futura, não retrospectiva; e poucas vezes coincide realmente o resultado de uma empresa com os princípios iniciais de seus promotores. Porém, ainda que a mão-de-obra nunca seja a causa do valor, é em uma grande proporção de casos a circunstância determinante do seguinte modo: o valor depende unicamente do grau final de utilidade. Como podemos variar este grau final de utilidade? E como manter ou inverter quantidade do bem para sustentar. E como teremos mais ou menos dele? (mantendo maior ou menor quantidade de) mão-de-obra para obter sua oferta.

No mesmo ano, em Viena (e com completo desconhecimento das ideias de Jevons e vice-versa), Carl Menger publica seu *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*, onde diz:

Ninguém pergunta a origem histórica de um bem para calcular seu valor pelo consumo, tem em consideração os serviços que este vai prestar. Evidentemente, comparado o valor de um bem com o valor dos meios de produção utilizados para produzi-lo, pode-se dizer até que tanto o passado ato de produção foi exatidão ou provelocidade, porém, os bens empregados em sua produção não têm influência necessária na direção sobre o valor de um produto." (p. 120).

A rejeição do valor-trabalho deve se revestir de uma linguagem de ciência. S. Jevons, na abertura do *Theory*, declara:

"Muita teoria e de caráter puramente matemático, como opinio que as quantidades com que trato tem que estar sujeitas à variação continua, não tenho nenhuma dúvida em utilizar o nome adequado da ciência matemática, tendo implícita a intrínseca suposição de quantidades infinitamente pequenas. A Teoria consiste na aplicação de cálculos matemáticos às noções familiares de riqueza, utilidade, valor, procura, oferta, capital, juro, trabalho e todas as noções quantitativas pertencentes às operações diárias da indústria." (p. 3).

Menger faz uma rígida separação entre a Economia Histórica e a Estatística, de um lado, e a Economia Teórica, do outro. Diz, na introdução de seu *Grundsätze*: "Estamos interessados em estudar como os fenômenos econômicos mais complexos se desenvolveram de acordo com leis, desde seus mais simples elementos... ou seja (estamos interessados), em seguir o método de investigação que prevaleceu nas Ciências Naturais e levou a tão grandes resultados e que, em consequência, tem sido chamado equivocadamente o 'método das Ciências Naturais', quando em realidade é comum a todas as ciências empíricas e deveria mais apropriadamente chamar-se o 'método empírico'." Finalmente, a visão

compreensiva do pensamento neoclássico é apresentada de forma resumida em 1874, por Leon Walras em seus *Éléments d'économie pure*:

"O mundo pode ser considerado como um vasto mercado geral constituído por diferentes mercados especiais, onde a riqueza da sociedade se compra e se vende. Nessa troca é descoberto as leis segundo as quais também a se realizam estas compras e vendas. Com este propósito, supomos sempre um mercado competitivo portavelmente organizado, do mesmo modo que na Mecânica. Para se sabe que as máquinas trabalham sem fricções." (p. 45).

A operação intelectual do neoclássicismo, se, por um lado, esteve basicamente orientada a "fechar as brechas" da Economia Política clássica liberal, por outro, em seu otimismo, correspondia à percepção de mundo de um capitalismo satisfeito consigo mesmo. Corresponde a uma atmosfera já chamada de paz victoriana. Semo vejamos: O capitalismo resolveu-se em um contínuo progresso tecnológico; o deslocamento da fronteira agrícola em novas terras absorvia parte dos excedentes demográficos e contribuía para uma melhoria do salário real dos trabalhadores; a participação da renda da terra não crescia no valor da produção; a taxa de lucro se sustentava, etc... Não havia indicações de aproximação de um estado estacionário. O pessimismo que Malthus e Ricardo transmitiam parecia estar sendo negado pela História. Este quadro, para os grupos dominantes, gerava uma fé num progresso contínuo, global, automático. Este quadro crescia sua fé nas harmonias econômicas e no funcionamento natural da economia liberal.

(Com uma sombra) Hutchison fala dela em seu *A Review* a respeito da reunião do Clube de Economia Política, celebrada dia 31 de maio de 1876 para avaliar a marcha da ciência um século após a publicação de *The wealth of nations*. Nessa reunião, Newmarch disse:

"Sou bastante confiante para pensar que haverá o que podemos chamar um amplo desenvolvimento negativo da Economia Política, tendente a produzir um importante e benéfico efeito na desarticulação da Economia Política reduzi-la às linhas da União de uma de um ambiente cada vez mais reduzido. O total desenvolvimento dos princípios de Adam Smith esteve em grande perigo há pouco tempo: um dos maiores perigos que hoje ameaçam este país é que a si ação espontânea dos interesses e desejos humanos parece estar em curso de rápida substituição pela criação de um departamento governamental ursos do outro, pelo estabelecimento de uma série de impostoras, e pelo empingo de todo o tempo do Parlamento em tentar fazer pela Sociedade, aquelas mesmas coisas que, se os ensinamentos daquele cujo nome (A. Smith) estamos celebrando hoje não de dar



algum fim, a Sociedade poderia fazer muito melhor por si mesma.<sup>4</sup> (Crescente intervenção estatal na época vitoriana gerando temor!)

Hutchison (1960: 17) esclarece o fundo deste temor que levou o Chancellor Lowe, no mesmo jantar, a observar que “não há nada de mais lamentável nestes tempos que contemplar os erros e loucuras do sindicalismo.”<sup>5</sup> Clando Arnold:

“Um novo poder aparece de repente, um poder que ainda é impossível julgar realmente, porém que, evidentemente, é uma força por completo diferente do liberalismo da classe média, diferente em seus pontos cardinais de origem, diferente em suas tendências em todas as esferas. Não uma nem outra a legislação de Paramentos de classe média, nem o autogoverno local da classe média, nem a competição sem restrições dos industriais de classe média. Ainda dura ferrou a suas principais tendências.”<sup>6</sup>

Por conseguinte, na paz vitoriana, uma ambigüidade. De um lado, a ideia de progresso contínuo e gradual, de outro, a percepção das massas trabalhadoras e seus partidos políticos como uma ameaça. Alguns, como Newmarch, optaram por radicalizar o *laissez-faire*.

Entretanto, como agudamente percebe Taylor, neste nível, a percepção também é ambígua, pois:

“Naturalmente, os homens práticos (empresários) sempre tendem a exigir, simultaneamente, para si mesmos, ampla liberdade e presença do controle público ou de interferência em suas atividades aquisitivas; e resistir, para proteção ou benefício próprio, às liberdades dos outros, para poderem inovar seus mercados ou campos de oportunidades como novos competidores. – Taylor registra a resistência dos empresários a:

- normas públicas destinadas a fomentar e a manter a predominância da livre competição;
- reivindicações dos sindicatos, agentes de serviço social, reformuladores sociais, grupos agrícolas etc.;
- inspeções de fábricas e minas, observação de leis de salvaguarda da saúde e segurança dos trabalhadores, regulamentos restritivos do trabalho de mulheres e crianças e instrução compulsória; indenizações e seguro de acidentes de trabalho, e, de modo geral, reconhecimento dos sindicatos;

– qualquer estabelecimento de normas mínimas e *standards* obrigatórios para bens de consumo final;

– regulamentação e fixação de tarifas para atividades não-naturalmente monopolistas (estadas de ferro, Companhias de força e luz, etc...)<sup>7</sup>

Mitchell, observando a mesma ambigüidade, diz:

“Quando comparamos a história da prosperidade norte-americana, consideramos a expansão nimo no Oeste como um dos mais brilhantes episódios, e celebramos o vigoroso empreendimento dos pioneiros que o tornaram possível. Mas, quando examinamos o fato em detalhes, vemos os conquistadores do Continente muito questionos a respeito de sua situação econômica, e misturado com toda força de suas vigorosas personalidades para que o Governo vinda em seu auxílio.”<sup>8</sup>

Esta ambigüidade se reflete nas colocações dos pais do neoclássicismo. Assim, S. Jevons é inteiramente hostil aos sindicatos, a assistência social, etc. enquanto Menger declara: “A ciência prática da Economia governa a vida econômica do mesmo modo que a tecnologia governa a Natureza, e a cirurgia e a terapia o corpo humano... Sua tarefa é ensinar-nos os princípios e procedimentos pelos quais o Estado e corpos subordinados análogos podem intervir convenientemente na vida econômica.”<sup>9</sup> Ou então, tentam um compromisso, como Von Wieser com sua Economia Social, em 1913, apreciando uma tipologia com três tipos de análises do cálculo econômico e do papel do Estado: a) em uma economia da troca (mercado); b) em uma economia mista; e c) em uma economia socialista, firmando uma tradição que chega a nossos dias sob o título de Estado de Sistemas Econômicos Comparados.

Entretanto, tende a prevalecer a linha de S. Jevons. Creio que a principal razão está em uma primeira aproximação permitir uma elegância de solução na obtenção de equilíbrio parcial e geral em uma análise estática. A possibilidade de uma solução ótima determinada, obtida com linguagem lógico-formal rigorosa e facilmente apresentável em linguagem matemática, tem sabor de Teoria. Porém, creio que a razão profunda é outra. Este modelo é uma perfeita identificação do Sistema, perfeito, como base de sua apologetia. Ficando nele, a “ciência oficial” maximiza sua função apologetica.

4 C.T. Arnold *Review of the Proceedings at the House of Lords, Nov. 1870*, London (1870).

5 As. 4 usado por Hutchison (1960: 18).

7 C.T. Arnold *At. Commerce and Industry* (1869: 24-5), citado por Hutchison (1960: 22).

8 C.T. Taylor (1966: 410-413).

9 C.T. Mitchell (1917: 19-20), citado por Seamer (1976: 148).

E a função operatória fica prejudicada com a hiperidealização? Claro que sim, porém, cabe ter presente que neste terreno os interessados sabem se mover muito bem; participam concretamente dos processos político-econômicos sem nenhum manual de Teoria da Política Económica debaixo dos braços. Se nem hoje esta prática é universalizada, Economista de baixo dos braços? Para que a “ciência oficial” entrasse neste terreno – o da Política Económica – teria que evoluir para uma análise profunda do Estado e dos grupos de interesses. A opção é: “Fique na apoteíctica, que da operatória nós nos desentendemos...”

E a idealização converteu-se na verdade. Pelo menos, na verdade para divulgação. A visão da magnífica performance micro e macro será ensinada como verdade. De lá se deriva uma radicalização “à la Jevons” do *laissez-faire* e é reiterada uma desconfinação científica na ação do Estado.

Vejamos agora a evolução das ideias sobre Estado até o império do neoclássicismo. A performance micro e macroeconômica obtida a partir de um sistema econômico organizado segundo as suposições do *laissez-faire* tem como correlário a concepção neoclássica das funções do Estado de Gendarme de Lassalle, sintetizada por Carlyle em “a anarquia mais a policia” (Robbins, 1966, 43).

Robbins demonstra exaustivamente que os neoclássicos foram mais liberais que os liberais clássicos:

“A primeira coisa que temos que observar... é que os Economistas Clássicos foram reformadores, e que a Teoria da Política Económica na Economia Política Clássica Inglesa foi uma teoria de reforma económica e social” (Robbins, 1966: 164).

Para Adam Smith: “A Economia Política, considerada como um ramo da ciência do estadista ou legislador, propõe o exame de dois objetivos distintos, primeira, prover renda ou subsistência compensadora para o povo, ou com maior proximidade habilita-lo a obter tal renda ou subsistência por si mesmo; segunda, a suprir o Estado ou a Comunidade (Municipalidade) com a renda suficiente para os serviços públicos.”<sup>10</sup> E relaciona as funções do Estado:

“Primeiro, o dever de proteger a sociedade do subjugação e da invasão de outras sociedades independentes; segundo, o dever de proteger, na medida do possível, a

cada membro da sociedade da injúria ou opressão de qualquer outro seu membro; terceiro, o dever de emendar e manter certas obras públicas, cuja conservação e manutenção não interessam a um único indivíduo ou a pequeno número de indivíduos; porque o lucro não poderia compensar o gasto no caso de um indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos, ainda que possa ser com frequência muito mais compensador no caso de uma grande sociedade.”<sup>11</sup>

Essa terceira função, que admite uma leitura extremamente atual, foi pensada por Smith como parte de um programa de reformas. Smith advogou a posse e a administração pública de estradas, pontes, portos, educação e saúde. Achava que essas funções que, à época, eram privilégios de particulares, deveriam ser transferidas à órbita pública, para a renúncia dos obstáculos institucionais do *oriental regime* ao livre desenvolvimento das forças produtivas. Além, um esforço de reunião das exceções ao *laissez-faire* na riqueza das Nações surpreende pelo seu ecletismo. Smith admitiu a taxação de produtos estrangeiros, foi partidário de um pedágio mais elevado para os ricos do que para os pobres, reconheceu a necessidade de controle de práticas monopolistas e era simpático às *trade-unions*.<sup>12</sup>

A visão macro e reformista do pensamento liberal clássico foi bem sintetizada por Robbins:

“O Sistema de Liberdade Económica não via simplesmente uma reformulação isolada de não inserir-se em uma seqüência orgânica de que deveria ser tomado todo o que fosse considerado como estivo e impedimento anti-social e que se libertasse o ímpeto potencial do livre funcionamento do indivíduo privado. É naturalmente com esse espírito que, em sua prática, os seus proponentes lutaram uma batalha contra as principais formas dessa impedimento: contra os privilégios das empresas e das corporações reguladas; contra a lei de apertamento; contra as restrições à mobilidade (do trabalho e dos bens); contra as restrições às importações; (sem) um movimento geral para libertar a empresa e corrigir as equívocos no qual os economistas clássicos foram a vanguarda intelectual” (Robbins, 1966: 30-1).

Em seu livro, Robbins mostra que os clássicos liberais estabeleceriam pragmaticamente os limites da atividade privada, não aceitando uma harmonia natural:

“A não individual que gera os negócios a promover os fins que não eram parte de sua intenção não é a mão de um Deus ou de um órgão natural independente do estorço humano; é a mão do legislador, a mão que sobra da esfera da base do interesse capitalista.



segundas possibilidades que não se harmonizam com o bem público" (Robbins, 1966: 13).

A divisão supunha uma harmonia estabelecida pelo marco da lei, e não oriunda do vazio por uma imposição natural.

"O Estado determina o que os indivíduos não podem fazer, se não desçam tempo-se entre si, enquanto se deixará aos cidadãos fazer livremente o que não fique assim proibido. A um se atribui as tarefas de estabelecer regras formais, a outra, a responsabilidade da natureza da ação específica" (p. 183).

McCulloch diz, entretanto, relativizando a noção de *laissez-faire*: "O princípio de *laissez-faire* pode ser adotado sem perigo em alguns casos, porém em muitos outros é totalmente inaplicável; acudiu-se dele em todas as ocasiões reflete mais a política de papagaio do que a de estadista ou filósofo."<sup>13</sup>

Sim, porque a Escola Clássica Liberal Inglesa era constituída por filósofos e mestres de estatistas. Os grandes clássicos não se percebiam como cientistas e profissionais da economia, mas sim como orientadores de uma Sociedade em construção.

A visão social e de Estado dos pensadores clássicos baseava-se no que hoje é conhecido por benthamismo-construção ética insular, bastante distinta da Doutrina de Direito Natural da Revolução Francesa. Refletindo o maior desenvolvimento inglês, o benthamismo é uma doutrina pragmática em relação às instituições, que chega inclusive a relativizá-las, como a citada por Viner:

"A distinção do volume inagotável de instituições (entre *legenda*, *Spencer*, *John* e *Man* *Agenda*) difere a um grau muito considerável de acordo com as diferenças circunstanciais das diversas comunidades políticas. Na Inglaterra, grande número de coisas boas são feitas por indivíduos, coisas ruins que em outros países são feitas pelos Governos ou não são realizadas por ninguém. Na Rússia, sob Pedro o Grande, por ser uma coisa em terreno a lista de *Spencer* *John*, a da *legenda* era em consequência, abundante."<sup>14</sup>

O benthamismo foi resumido por Taylor em quatro proposições:

- a) Tudo o que os seres humanos, universalmente, desejam da vida pode ser resumido na maior quantidade obtível de felicidade, ou soma de prazeres, e em evitar o mais possível, a infelicidade, a dor ou o desprazer.
- b) A conduta da vida, boa, ou certa, ou ideal, é simplesmente sua conduta inteligente para maximizar o prazer e minimizar a dor.
- c) O problema social é simplesmente organizar, de tal modo, as instituições, as leis da sociedade e as relações e interações entre seus membros, que, para toda pessoa, o curso de ação mais benéfico para, si seja sempre o mais benéfico para os seus semelhantes.

d) Tudo isto pode ser alcançado criando e aplicando uma ciência exata de ética, jurisprudência e política, usando como seu instrumento mestre um "cálculo felicitoso" das quantidades de prazer e dor a serem esperadas como resultados de diferentes ações privadas e públicas e, consequentemente, do padrão de todas as ações requeridas para produzir a maior felicidade do maior número (Taylor, 1966, v. 1: 162).

O benthamismo como doutrina ética social está para a visão clássico-liberal como o Direito Natural está para o neoclássicismo. A concepção radicalizada e hipertrofiada do *laissez-faire* neoclássico está em correspondência com as fórmulas do Direito Natural que, via fisiocracia, permitiram a radicalização de um Bastiat e um S. Jevons. Para estes (os fisiocratas), diz Forte:

"Taxar um direito natural, uma ordem natural, que devem ser respeitadas, respeitá-los é que a Sociedade pode prosperar. Violando estas leis naturais, produzem-se infortúnios consequentes. *Et natura jus, aequo et legit. Ex homine arbitrium, regere oportet*" (Forte, 1965, v. 1: 112).

A proposta da visão liberal primitiva ao Estado é, como disse Bentham, "tão modesta e razoável como a que fez Diógenes a Alexandre: 'Sair fora de meu riu de sof'. Não temos nenhuma necessidade de favores, pedimos somente uma senda aberta e garantida."<sup>15</sup> O utilitarismo dos clássicos liberais é individualista: "A maior felicidade que eles buscavam não era uma felicidade superimposta; teria que ser julgada pelos respectivos indivíduos" (Robbins, 1966: 174). A senda aberta e garantida significava que o Estado, como instituição das instituições, teria a tarefa de abrir e garantir, cabendo ao indivíduo dar substância. Porém,

13 Cf. J. R. McCulloch, *Enquiry into the nature and progress of society in general* (1848: 130), citado por Robbins (1966: 51).

14 Cf. Viner (1949), citado por Robbins (1966: 48).

15 Cf. J. Bentham, *Manual of political economy*, v. 3, p. 33, citado por Robbins (1966: 24).

este “abrir e garantir” pode significar a reconstrução de substanciais intervenções do Estado.

Robbins se dedicou a reunir, no texto que estamos utilizando com tanta frequência, recomendações dos clássicos admitindo intervenções no econômico. Assim, redacionou que:

a) David Hume, no *Treatise on Human Nature*, recomendou que o Estado promovesse obras coletivas de interesse global, formando o capital social básico da linguagem maderna;

b) Os economistas clássicos foram favoráveis ao estabelecimento de propriedade pública dos monopólios privados;

c) Bentham, no *Manual of Political Economy*, e Torrens, no *Prizes and Combinations*, foram favoráveis à criação de um fundo social para a readaptação dos desempregados por inovações tecnológicas;

d) McCulloch fez, no *Treatise*, uma defesa veemente dos programas de assistência social;

e) Smith, em carta citada por Bentham, manifestava-se favorável à realização de obras públicas como meio de renovar o desemprego;

F) Smith foi favorável à regulação dos preços das empresas monopolistas;

g) McCulloch era favorável à heritação dos dividendos das empresas concessionárias de serviços públicos;

h) Bentham foi favorável, no *Manual*, à formação de estoques estatais de alimentos para regulação dos mercados; etc.

A radicalização política dos filósofos da Revolução Francesa versus o cauteloso e gradual pragmatismo reformista (David Hume) dos estadistas clássicos liberais ingleses, destas duas tendências, o neoclássicismo irá optar pela primeira para sua radicalização “teórica” e abster-se da Teoria da Política Econômica.

Ao longo do século XIX, na longa marcha do pensamento clássico ao neoclássico, caminha-se, de um Programa de Reformas com os olhos na sociedade como um todo à visão nítida do equilíbrio parcial do valor-trabalho ao valor-utilidade; da Economia Política com a vibrante bandeira liberal à construção exangue e rígida do formalismo da *Analyse Économique*. Em simultâneo, o Estado clássico liberal atenua e vigiante é

atrofiado. A contingência utópica no sistema de concorrência perfeita esvazia a instituição. Hostil, em seus *Homines economici*, tem frase reveladora daquela aporofetia do Estado proposta pelo capitalismo tranquilo:

“...da essência do governo quer sobre os cidadãos de forma restrita, por conseguinte não pode ter nenhuma outra função racional que não a de garantir certos direitos do indivíduo, não tem outra autoridade que a de fazer respeitar as liberdades e as propriedades de todos... Mas além da justiça desafia qualquer um a investigar uma intervenção governamental que não consista numa lei que assegure, preservar a segurança pública, administrar o patrimônio comum, promover a educação, estabelecer impostos, etc. e, enfim, o exército nacional dentro do qual deve e deve permanecer a função de governo.”<sup>16</sup>

Da concepção de Smith de que o preço da liberdade individual seria a eterna vigilância da Sociedade pelo Estado e vice-versa, cristaliza-se, na segunda metade do século XIX, o idealismo privatista com o dogma da incompetência do Estado, a confiança idealizada no mercado e a absolutização da liberdade da empresa que, em versões não muito alteradas, será a linha ideológica principal de defesa do capitalismo em distintas etapas de sua evolução e em quadros históricos os mais diversos.

Da liberdade do indivíduo (como capitalista ou proletário) proposta por Smith à liberdade da empresa em qualquer situação, Smith, atuando na vanguarda do capitalismo industrial, formula, entre outras, sua proposição famosa, curiosamente assemelhada à antiga regra faustiva: “Considere que o seu vizinho licita com o seu lucro, e que perde com as suas perdas.”<sup>17</sup> Smith colocava: “cada indivíduo se esforça tanto quanto pode para empregar seu capital... tendo em vista apenas sua própria segurança... tendo em vista apenas o seu próprio lucro e, nestes, como em muitos outros casos, é conduzido por uma mão invisível a um fim que não estava em sua intenção... ao satisfazer seu próprio interesse, ele muitas vezes satisfaz o da sociedade de maneira a mais cabal...”<sup>18</sup>

A Smith formula a proposição da “mão invisível” de maneira com uma série de autorizações para o Estado. Seus colegas clássicos alargam o leque. Esta desproteção pragmática foi produto de uma

<sup>16</sup> F. F. Haver, *Homines economici classici*, in *La voce classica* (1964), v. 6, p. 453.

<sup>17</sup> F. F. Haver, *op. cit.*, p. 453.

<sup>18</sup> F. F. Haver, *op. cit.*, p. 453.

tranquilidade, como sublinha Robbins (1966, 174): “Os primeiros Economistas Clássicos estavam demasiado preocupados em imprimir suas próprias reformas, para considerar o socialismo de então como algo que fosse um aspecto secundário.”

Distinta a situação de seus sucessores neoclássicos. Assustados com o sindicato, assustados com o uso do Estado por maçons, forasteiros, forjaram, a partir da visão idealizada do livre jogo das forças de mercado, um ideário que acompanhara a discussão político-econômica na Academia, no Journal e na Arena política, como formula ritual até nossos dias. Vejamos alguns itens selecionados deste ideário:

a) A regra geral deve ser o laissez-faire. A intervenção pública deve ser restringida aos casos de “interesse” da sociedade.<sup>19</sup> Evidentemente, essa é uma caixa que permite qualquer conteúdo. É muito fácil reduzir sociedade a empresa, e ao redor do conceito de “interesse da sociedade” articular de forma ad hoc a relação empresa privada-Estado, segundo as conveniências do momento histórico-concreto do capitalismo.

b) A intervenção governamental restringe a liberdade individual. Restringir a ação econômica individual pela ação governamental, a menos que absolutamente necessária, é indesejável. A interferência na liberdade individual enfraquece o desenvolvimento de faculdades e capacidades. Hayek, em *The road to serfdom*, utiliza esta antiga proposição de S. Mill como pilar de sua investida ao *planning* por ele identificado ao keynesianismo.<sup>20</sup> V. Mises afirma, em 1949, que não há mais liberdade do que a engendrada pela economia de mercado.<sup>21</sup> Não existe governo, nem Constituição, que possa garantir a liberdade; se não ampara e defende as instituições fundamentais em que se baseia tal organização social. Substituir a economia de mercado pela planificação econômica implica anular toda liberdade. As gentes, com tal suposição, somente gozam de um direito: o de obedecer. De restrição degradante do indivíduo, passando ao dogma de liberdade garantida pelo mercado, a liberdade para a empresa agir em qualquer mercado, múltiplas e pouco satis transposições são possíveis, e, segundo o momento, convenientes.

c) A ampliação de funções do Estado sobrecarrega esta entidade.<sup>22</sup> O Estado pode se desincumbir de novas tarefas, porém, com o custo social de sua ampliação, há ineficiência em seu desempenho de funções próprias. O custo social é particularmente alto quando o Estado assume responsabilidade no âmbito da produção de bens e serviços comercializáveis. A empresa privada é, por definição, mais eficiente. Assim, o alargamento da área pública da economia implica duas componentes de baixa geral de eficiência da economia, por uma parte, nas atividades propriamente públicas, dada a sobrecarga do aparelho estatal; por outra parte, ao nível da componente direta, pois se perdem a agilidade e a eficiência privada na troca pelo burocrático e processatário modo de gestão pública de atividades produtoras. Diz Stuart Mill:

“Ainda que uma melhor organização dos governos diminua grandemente o fardo da obedição (como o simples multiplicação de seus deveres, ainda assim será vendida que, nos mais progressivos comunistas, o grande maloma das coisas é por realizada pela intervenção do governo do que quando deixada a responsabilidade dos indivíduos que, mais interessados no assunto, a fazem, ou do menos a que seja feita.”

E assim é, porque “o povo compreende melhor seus negócios e seus interesses, e cuida deles melhor do que o governo o faz, ou espera que faça.”

(A combinação de *g* com *h* permite reservar para o setor privado aquilo que lhe interesse e transferir para o Estado aquilo que for de interesse indireto pela empresa privada, ou seja, permite a operação conhecida por “socialização das perdas e privatização dos benefícios”).

d) A ampliação das funções assumidas pelo Estado corresponde a um aumento de seu poder e autoridade, convertendo-o em sujeito todo-poderoso e supra-social. A autoridade estatal cresce com a transferência de funções para o Estado, que se torna independente do corpo social, reduzindo-o a objeto do poder estatal. S. Mill considerou que existe, tanto nas democracias quanto nas oligarquias, uma forte tendência para

21. S. Mill apresenta esta ideia da seguinte forma: o resultado “é que a maioria das coisas é feita muito mais sob a forma de governo não é capaz de levá-las sem delongas tanto nas suas obrigações, os mais tradicionais, os mais penosos, as funções assumidas, são feitas ou negligenciadas, e isso, sempre pronto a ser dada, uma desculpa pela negligência, enquanto os membros da administração estavam de tal modo preocupados com detalhes oficiais, apesar de um modo perturbante de superintender, eles não têm tempo ou paciência para ocupar-se das grandes questões do Estado, e para o progresso social.”

usurpação governamental do poder. Escrevem S. Mill: “Cada aumento das funções devididas ao governo constitui um aumento de seu poder, tanto na forma da autoridade quanto, e mais ainda, na forma direta da influência”. E existe no Estado uma “preensão ao poder”. “A experiência... prova... que os depositários do poder em regimes democráticos, que são meros delegados do povo... apresentam-se tão prontos... quanto quaisquer outros órgãos da oligarquia a assumir o poder arbitrário e a usurpar indevidamente a liberdade da vida privada”. Esta situação conduz à uma debilidade social, renunciando-se a “...manter aquela originalidade de espírito e individualidade de caráter, únicas fontes de qualquer progresso real, e bem assim da maioria das qualidades que fazem a raça humana muito superior a qualquer manada de animais”. (Somente com o encastamento do Estado evitar-se-á uma catástrofe!)<sup>22</sup> Imitis.

<sup>22</sup> “Dele quer que os indivíduos continuamente espere do governo a solução de seus problemas comuns, onde quer que esperem que tudo seja feito para eles, exceto os assuntos sagrados de forma, seus facultados, como apenas subsano-objetos. Estarão entrando nos domínios da escritura política, cujo âmbito são transpostos apenas as liberdades excomunicadas sejam anodotáveis.”

A estes argumentos, tomados em separado das proposições clássicas sobre a conveniência de um papel restringido do Estado, o pensamento neoclássico, a partir da microscopia do equilíbrio parcial da racionalidade macro derivada da micro e da extensão da argumentação marginalista, agregou argumentos ideológicos, dos quais a relação abaixo é apresentada apenas para fins de exemplificação.

a) o mecanismo de mercado, sob condições de concorrência, é um locus de seleção natural, permitindo a sobrevivência do mais apto. É curioso que essa visão de “darwinismo social” é preservada nos quadros históricos atuais do capitalismo. O individualismo, na versão hipertrofiada de Herbert Spencer, que transpõe a “luta pela sobrevivência” do evolucionismo darwinista, constituirá, em versões mais vulgares, pilar para um processo autocongratulado das empresas.

b) a economia de mercado cria um ambiente que induz à abstenção e tem apenas um ditador – o consumidor – que fixa seus ritos. A empresa com

fin de maximizar lucro está inevitavelmente submetida à este soberano. O lucro de um empresário origina-se-ia de sua capacidade de prever com maior acerto que outros a futura procura dos consumidores. As perdas e os lucros são os mecanismos pelos quais o consumidor exerce seu império sobre o mercado.

c) a economia de mercado é a ecologia que induz à abstenção. A economia orienta as propensões – oriundas do ato pródigo de abstenção – às aplicações que melhor atendem ao soberano: o consumidor.

d) a expansão de gasto público, em princípio, indica um processo de dilapidação de capitais. Defeitos organizacionais e políticas expansionistas de crédito são altamente condenáveis, pois provocam e realimentam processos inflacionários que estimulando o consumo, tendem a frear o progresso económico.

e) o setor público, ao contrário da empresa, não adota o cálculo económico maximizador. A expansão do setor público corresponde à eliminação da possibilidade de constatar perdas e ganhos relativos, com o que a gestão social tende para o caos. Por conseguinte, o máximo regime de propriedade privada e a máxima participação pública para a obtenção de uma gestão eficiente.

Creio que podemos agora tentar sistematizar a utopia neoclássica de um sistema económico perfeito e eterno:

- i) em todos os mercados, condições de perfeita concorrência;
- ii) todos os agentes, sendo racionais, procuram através do mercado maximizações – empresas-lucro, consumidor-satisfação, proprietário-rendimento, etc.;
- iii) nesse sistema há um soberano – o consumidor, são suas preferências, reveladas no mercado, que determinam toda uma organização do processo produtivo;
- iv) o mercado é democrático: cada qual vota com sua renda. O peso eleitoral de cada eleitor é justo, pois é o mesmo mercado quem determina sua renda, como perfeita contrapartida dos serviços que o perceptor presta à economia;

- v) dada a interdependência dos mercados, existe uma solução de equilíbrio geral determinada para cada distribuição de fatores, estado da técnica e preferências dos consumidores;
- vi) esta solução de equilíbrio é um ótimo para todos e cada um dos agentes do sistema;
- vii) o Sistema contém, dentro de si, regras – as do mercado – que induzem a um progresso **aperfeiçoamento** dos agentes, ao adequado crescimento e ao progresso social e técnico contínuos;
- viii) existe uma instituição – o Estado – com funções definidas; porém, esta instituição contém em si um potencial de perturbação para o perfeito mecanismo supradescrito, não deve ser estimulada sua expansão. É um mal necessário, que deve ser reduzido às suas mínimas proposições. A agenda consensual seria:<sup>25</sup>
- garantir a segurança interna e externa da Nação;
  - velar pela preservação interna da lei, da ordem e do mercado;
  - fixar as uniformidades requeridas para a atividade econômica: padrão monetário, pesos e medidas, leis comerciais, regras de contrato, etc.;
  - produzir os serviços públicos cujo benefício não é individualizável;
  - arbitrar os conflitos interindividuais e intergrupais. S. Mill diz: “Onde quer que os interesses humanos... entrem em conflito, será necessário – um arbítrio de qualquer espécie, até que os homens sejam de tal modo contidos pela moral ou pela religião que se governem a si próprios.”
- ix) o ideal de uma mínima perturbação pelo Estado do sistema de mercado propõe certas regras para sua conduta; as principais são:
- minimização e despersonalização de seu arbítrio;
  - minimização e equilíbrio organizatório;

<sup>25</sup> Esse programa mínimo, inquiriu um presidente chileno (Barrios Lucot, no século passado, uma resposta ilustrativa de postura liberal tranquila. Quando interrogado por algum sobre as dificuldades de seu ofício, respondeu: “Consistir é muito fácil. Os problemas são de dois tipos: os que se resolvem por si mesmos, e destes não tenho por que preocupar-me; e os que não têm solução, e por isso nem me dão trabalho”.

– sistema tributário neutro (preocupação favorita dos fiscalistas italianos do século XIX).

x) a esfera monetária deve ser desvinculada da ação estatal. O mecanismo de padrão ouro e a livre convertibilidade colocam essa delicada esfera imbricada no Sistema ampliado dos mercados nacionais, interconectados à escala mundial com um modo de articulação auto-estabilizador intenso a intervenção do Estado.

Esta utopia bem-comportada, demonstrada pelo discurso neoclassico com apoio nos seus procedimentos positivos, foi coetânea com outra linguagem utópica, esta, em princípio, mal comportada em relação à ideologia capitalista, que se constituiu em proposições reformistas mais ou menos radicais, vertidas sob a forma de cidades-maravilha.

Passemos agora ao exame de algumas destas proposições, cujo denominador comum reside na relutância em aceitar o pinglossismo olímpico do “neoclassicismo”, em relação ao drama social do capitalismo industrial.

Necessário sublinhar que os construtores de cidades-maravilha derivam da mesma matriz de pensamento social: a Economia Política Clássica. Sabemos que a liberdade de mercado foi apresentada pelo classicismo liberal, como ideologia de ataque ao *ancien régime*. Constituiu uma visão microscópica da produção e repartição apoiada na categoria de valor-trabalho e, em nome e por esse revelação, propôs um amplo programa de Reformas Sociais.

Mais, a partir do valor-trabalho, faz a crítica da Economia Política liberal. Outros propugnarão por manner elevada a bandeira das reformas sociais, agora não mais contra as instituições de *ancien régime*, mas sim, contra as instituições do capitalismo industrial triunfante. O neoclassicismo pretendeu, com a análise microeconômica, fechar às “infiltrações críticas” o edifício ideológico do capitalismo. Isto foi feito pela remoção do valor-trabalho e império da noção de utilidade. Contra a tendência reformista, o discurso neoclassico afirmou a “verdade” eterna de sua construção utópica apresentada com a força de objetividade científica oficial.

Entretanto, o espetáculo social produzido pelo capitalismo no século XIX alimentou a produção contínua de proposições reformistas. Toda a miséria da proletarianização, o pauperismo das populações urbanizadas, todo o estigma de uma industrialização voraz não inspiraram apenas os poetas que a exorcizaram; geraram dúvidas, em espíritos liberais que duvidaram do panglossianismo e se propuseram a completar as reformas chegando a sociedades ideais. Essas utopias reformistas e ideais apareciam a certos autores positivos como pertencente fundadas no marco teórico e na pesquisa da boa sociedade do pensamento liberal. São, aliás, frequentes esses exemplos:<sup>24</sup>

O melhor exemplo disto é Stuart Mill, não o S. Mill dos *Principles of political economy* de 1848, mas sim S. Mill da *Autobiography* de 1874. Mantendo-se fiel ao positivismo, S. Mill, na *Autobiography*, alinha um programa reformista que creí absolutamente fundado e compatível com o liberalismo. Tendo chegado a Sociologia positiva – velho ideal de Comte – com ressonâncias de Saint Simon, S. Mill conclui que a produção da riqueza-patrimônio está submeida a leis análogas às verdades físicas, mas que a “distribuição do patrimônio” está dependente de leis e costumes sociais. Conclui sobre a possibilidade de uma sociedade humanizada onde o “interesse pelo Bem-Estar comum” substituisse o “princípio do egoísmo”. Nessa sociedade positiva e superior, as relações humanas não seriam predadoras. Mediante a mudança das leis e dos costumes sociais chegar-se-ia a essa sociedade superior. O homem sábio pode influir sobre leis de distribuição e desenvolvimento social. Mill, no *Autobiography*, sustenta a ideia de “vincular a liberdade individual espiritual da atuação a um direito comum à propriedade”.<sup>25</sup> São reformas sugeridas por Mill: coponções produtivas para a não-apropriação de mais-valia; socialização da renda da terra mediante contribuições sobre imóveis; supressão das diferenças individuais de patrimônio mediante limitação do direito de sucessão. Assim, um socialismo positivo liberal é derivável da Economia Política Clássica.

Os proponentes de cidades-maravilha de fins do século XIX e início do atual alimentaram-se dessa vertente e da crítica marxista da Economia Política.<sup>26</sup> Suas construções retiram tipos de distintas fabricações: liberalismo clássico, marxismo e marginalismo neoclássico, soldados com a argamassa da boa vontade e um apelo ao humanismo. Ainda que, como construções utópicas, não tenham sido erigidas em nenhum terreno que não a imaginação de seus autores, elas de alguma forma influíram no debate ideológico e serviram em parte para plataformas político-econômicas concretas, em um amplo espectro de utilizações, desde as posições da social democracia até para a política econômica do fascismo. Segmentos de seus edifícios foram utilizados pelo capitalismo em sua evolução. Por estas razões e útil alinhar algumas das ideias de cidades-maravilha.

Janés, retomando antiga proposição de Rodbertus, desenha um sistema coletivista cujo principal edifício é um “grande armazém” que receberia todas as mercadorias produzidas pelo seu custo em trabalho, vendendo aos mesmos preços líquidos em bônus de trabalho. Nessa cidade, o Estado é apenas o administrador do armazém e cada um recebe segundo o tempo de trabalho efetuado.<sup>27</sup> Renard introduz nesse armazém coletivo o princípio da escassez.<sup>28</sup> Para ele, o sistema de fixação de remuneração admitiria uma diferenciação em bônus para os trabalhos mais difíceis e repugnantes; não mais salários equalitários, mas sim um cálculo de salário combinado com sua “desutilidade comparada”. Aqui há, certamente, um tijolo neoclássico junto com o valor-trabalho. Mercadorias com oferta rígida (obras de arte, etc...) teriam seu preço regulado pela oferta/procura neoclássica.

Outras formas liberais foram propostas para cidades, sempre pensando um sistema em equilíbrio com o valor-trabalho. Os chamados “socialistas da cidade” alemães sugeriram a progressiva socialização através de empresas públicas e/ou contínuas que, respeitando o sistema de mercado, iriam permitindo em seu perimetro interno a repartição

<sup>24</sup> Figueira, com a utilidade, conduta e a remuneração do Bem-Estar, chega, pelo desassombro neoclássico, a uma posição utópica de equidade equitativa da renda.

<sup>25</sup> Cf. S. Mill, *Autobiography* (p. 103), citado por Navaschegon (1979: 73).

<sup>26</sup> Além das classificações de “socialismo utópico”, houve um prodigioso volume de proposições do mesmo tipo nessa época. Fui o interessado em seu conteúdo, recomendar-lhe (de 1913).

<sup>27</sup> Cf. J. Janés, *Revue Socialiste*, Paris (diferentes números nos anos 1894-1896).

<sup>28</sup> Cf. Renard (1902).

egalitária. Através dessas instituições seria implantado o “embrião de paraíso” no inferno.

Outra variante seria essas mesmas instituições venderem suas produções sem lucro, com o que seriam beneficiados todos os usuários. As fórmulas de Louis Blanc e Proudhon foram igualmente retomadas: propostas de corporações operárias administrando empresas autônomas e constituídas mediante empréstimo ou doativo de capital inicial. Essa ideia de empresas sindicais e cooperativas de produção foi tentada, inclusive, pelos sindicatos franceses.<sup>29</sup>

Outra instituição pensada para a cidade-maravilha foi a “cooperativa de consumo”. Gide e outros pensaram com essa instituição eliminaria, em primeiro lugar, o “comércio privado” e, depois, a grande indústria.<sup>30</sup> A cooperativa de consumo acumularia reservas e devolveria parte dos benefícios oriundos “da concentração do poder de compra” aos seus aderentes sob forma de baixa de preços. O lucro iria sendo encurralado por essa instituição que atingiria o socialismo sem dor, gradualmente.

Fórmulas e instituições de tipo variado, sistemas coletivistas sem Estado para preservar os direitos individuais, sistemas corporativistas, socialismo de Estado, supressão ou manutenção da moeda, gradualismo (socialismo pela margem), valor-trabalho para certas mercadorias e valor-utilidade para outras, co-gestão, agrupações operárias ou agrupações de consumidores, todo um frenético exercício de criatividade foi desenvolvido pelos arquitetos das cidades-maravilha. Meios de produção com a Coletividade, Estado ou Corporação, distribuição a cada um segundo sua necessidade, segundo tempo e tipo de trabalho realizado, preservação ou extinção de mercado, cada um imagina a maravilha que quiser. Evidentemente que essas utopias mereceram do sistema distintas notas pelo seu mau comportamento. Com a paz vitoriana, o neoclássicismo se achava calmamente refestelado na cátedra oficial e acreditava que Bohm-Bawerk havia atastado aquele incômodo Marx; as noias no principal eram do tipo não-ciência, grau zero. Entretanto, o

progresso construir de cidades-maravilha correspondia a uma força social em ascensão: o movimento sindical; e o Sistema, em simultâneo à sua admissão ao cenário político, comprou parte das edificações dos arquitetos de sonho. Assim, por exemplo, as cooperativas de consumo mereceram aplauso do Sistema, a ideia de empresa pública operando com baixa ou nula rentabilidade em insusos de seu interesse lhe interessou, etc. ...

Particularmente importante por sua influência sobre algumas correntes da “ciência oficial” foi o movimento socialista fabiano inglês, sucessor, na entrada do século, do benthamismo. Sob a liderança dos Webb, contando com Bernard Shaw entre seus membros, o fabianismo propunha uma “marcha gradualista para a cidade-maravilha”. Isto seria feito por um Estado sujeito a controle democrático, com técnicas de planejamento, mediante a gradual nacionalização, e transferência, para o governo nacional ou local, das empresas de setores estratégicos da economia. Em termos de repartição de rendas, os fabianos adotavam a hipótese da utilidade cardinal (comparabilidade interpessoal) e fixavam como uma meta a minimização das desigualdades reparativas. Os fabianos acreditavam que o bom senso e a boa vontade imperariam a longo prazo, e que uma pregação intelectual permitiria um tal aperfeiçoamento do processo democrático que a Sociedade tenderia a dispor de um Estado eficiente instrumento da gestão social.

De qualquer forma a “solida utopia oficial”, as irretas cidades-maravilha e as ingénias esperanças de um “processo de aproximações sucessivas à boa sociedade” do fabianismo irão conhecer uma fase de grande turbulência: as décadas finais do século XIX engendraram profundas transformações estruturais no capitalismo, que se explicitaram, plenamente amadurecidas, nas primeiras décadas do século atual.

No último quartel do século XIX, a moço juízo, prevaleceu uma linguagem utópica, no âmbito da ciência oficial. Entretanto, o desenvolvimento das forças produtivas e a evolução do capitalismo industrial atingiam naquela época configurações estruturais e macroprocessos cada vez mais afastados das idealizações da “ciência oficial”. Mesmo que, com generosidade, admitíssemos que, em etapas anteriores de evolução, o capitalismo, observado ao nível da aparência

<sup>29</sup> O exemplo mais conhecido é o da Vidéau et Albi.

<sup>30</sup> Cf. E. James (1934) que apresenta e critica ferozmente sobre esse tipo de construção ideal.

(como faz Lowel), tivesse sancionado partes significativas da construção ideal, é trivial observar que nessa época já havia se afastado radicalmente da construção utópica oficial, bem como, em sua dinâmica, procura aprofundar cada vez mais o divórcio. Conçar os manuais de Marshall, Pareto, Walras, Tauszig, etc... com a evidência histórica conhecida por esses autores confirma o que Marx considerou o denominador comum do pensamento de direita oficial: o idealismo. O pensador de "ciência oficial", separado por seu gênero de vida do contato com a matéria, protegido da necessidade, ignora as resistências do mundo real: é idealista com a mesma naturalidade com que respira, rejeita em bloco a realidade.

Sim, porque as prodigiosas transformações estruturais do capitalismo passaram praticamente despercebidas em seu significado maior pelos construtores de utopias. Os bem-comportados frearam, como Marshall, satisfeitos com o estado do monopólio e tenderam a ver a "carterização e trustificação" como manifestações superestruturais extra-econômicas, cuja ilegalidade deveria ser combatida judicialmente. A preocupação com os sindicatos permitiu a construção da tese de monopólios bilaterais e as modestas contribuições sobre os oligopólios (Cournot) passaram despercebidas aos "papas" da "ciência oficial". Enquanto isso, os construtores de utopias mal comportadas, preocupados com o drama social, engenhavam-se em imaginar instituições corretivas e/ou compensatórias sem aprofundar a questão da viabilidade de sua aplicação e sua congruência com os comportamentos do Sistema. A percepção de realidade sumamente idealizada e uma confiança num progresso contínuo e gradualista não geram desconfortos maiores (salvo para poaquíssimos pensadores de pequeno público) sobre a próxima "mudança de condições atmosféricas". Com um certo exagero, poder-se-ia afirmar que poucos se deram conta de que havia "alguma coisa de errada no Reino da Dinamara".

Qual a realidade ao longo do último quartel do século XIX e décadas iniciais do atual? Recapitulamos alguns traços desse período em que ocorrem significativas mudanças nos padrões de desenvolvimento capitalista.

Em primeiro lugar, o período mostra um sustentado movimento secular de crescimento. O salário real cresce, inicialmente, até 1893/95,

através da queda de preço dos *wage goods*. O processo de industrialização atinge a maturidade na Europa continental e nos Estados Unidos. Entre 1890 e 1913 a produção de petróleo se quintuplica, atingindo 52 milhões de toneladas. O carvão combustível chave da industrialização da primeira metade do século XIX, também cresce significativamente: entre 1900 e 1913 praticamente dobra, atingindo 1.200 milhões de toneladas. A acumulação de capital conduz o progresso técnico a uma substancial modificação nas bases energéticas. A partir de 1870, as invenções dos dinamos elétricos de Pacinotti e Siemens, e do motor de combustível de Lenoir, anunciam uma onda inovatória que, permitindo a construção de motores mais leves e mais potentes e privilegiando petróleo a eletricidade, cria as bases de toda uma nova canastra de bens de consumo abrindo caminho para os bens de consumo duráveis da sociedade "afluente".

Esta onda inovatória estabelece condições para a produção em massa e estandarizada, antes restrita a poucas mercadorias, agora e cada vez mais padrão industrial. Na siderurgia, o forno Bessemer e as técnicas de recuperação de aço permitem a produção de aço em larga escala e a baixo preço. Generalizam-se a produção e a distribuição urbana de energia, iluminação, calor, gás, água, etc., bem como os sistemas de comunicação.

A Europa Continental e os Estados Unidos dividem com a Inglaterra a liderança desse processo inovatório. Nas décadas iniciais do século XX essa liderança sai de Albion. Nos Estados Unidos os inventos elétricos de Edison, o automóvel Ford e o Taylorismo dão ao consumo de massa um padrão técnico que a Europa depois tentará copiar. A Alemanha lidera as inovações na indústria química. Logo após a Primeira Guerra, novos materiais: alumínio, aço inox, fertilizantes químicos e produtos plásticos sustentam e aceleram a onda inovatória. Além disso, processos acelerados de urbanização, crescimento demográfico intenso na Europa ate a entrada do século, prodigiosas correntes migratórias Europa-Estados Unidos, deslocamento das fronteiras agrícolas mundiais e uma reestruturação das zonas agrícolas tradicionais europeias após a Primeira Guerra Mundial. Enfim, todo um complexo processo de reestruturação de forças produtivas está na base desse processo de crescimento.

A "ciência oficial" não incorpora este prodigioso processo de transformação estrutural em suas especulações. Suas conclusões teóricas



sugeriram um curso firme com pequenos desvios de curto prazo, rápidos e automaticamente corrigidos.

É certo que não foi assim que o capitalismo industrial avançou. A tendência secular de crescimento suportou ondas mais ou menos periódicas de prosperidade e depressão: 1873, 1882, 1890, 1900, 1907 são anos críticos com redução de produção, falências e desocupação. Essas crises inicialmente foram menos graves, porém, na medida em que a acumulação forjava um sistema mundial mais densamente articulado, as crises tenderam a se generalizar a de 1907 golpeia duramente Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha e a de 1920 é igualmente geral. Porém, o fluxo de inovações, o aumento e a redistribuição espacial da população, as rearticulações do mercado internacional permitiram que a maioria dessas recessões resultasse muito mais em uma diminuição da taxa de crescimento do que numa persistente situação de subemprego. Até a Primeira Guerra Mundial nenhuma indústria importante foi obrigada a contrair sua produção por um longo período. O fenômeno do ciclo econômico inspirara “333 teorias” explicativas da “ciência oficial”, porém o edifício neoclassico permanecerá erigido em ciência. Na verdade, somente a grande crise de 1929, com redução persistente do produto e da renda, provocara a “revolução” keynesiana na Academia. O sentido das “333 teorias” explicativas do ciclo terá que ser por nós examinado mais adiante. Por agora, continuemos a relecturar algumas das transformações em curso.

Dada a direção impressa ao progresso técnico pelos mecanismos de acumulação, cresce a escala mínima das unidades de produção, a densidade de capital e o coeficiente de investimentos fixos se elevam, as unidades produtivas e os instrumentos de produção têm maior especialização. As unidades tendem a ser menos versáteis, na composição dos preços cresce a parcela de custos fixos e os processos de produção no sistema industrial em conjunto se dilatam. Esta direção do processo técnico é confirmada ao longo das oscilações cíclicas. Níveis de risco e incerteza aceitáveis no capitalismo competitivo passam a ser inadmissíveis nos novos horizontes técnicos. A acumulação ganha aceplada com um processo de concentração de poder econômico e político pelas empresas.

A concentração e facilitada nas fases de recessão e, junto com a inovação, é mecanismo de retomada da expansão. No âmbito da empresa, cada vez de maior porte, a minimização de risco, que permitia o cálculo econômico, considerando a evolução da demanda dos progressos da técnica, e condição para a decisão de investir, diante de um horizonte temporal ampliado. Aumentar o risco para permitir a realização do excedente. A solução é ampliar o controle da empresa sobre o ritmo de incorporação de progresso técnico, hábitos dos consumidores, preços de insumos, condições de financiamento, etc. Por estas razões, a concentração ganhava com um processo de “cartelização”, de distintos pactos interempresas da mesma indústria ou de setores distintos, de distintas articulações do setor industrial com o sistema financeiro, etc...

A base legal da grande empresa foi armada entre 1860/80. As grandes unidades começam seu império. No setor siderúrgico, a Krupp alemã surge apoiada em demanda belga, em 1860. Nos Estados Unidos, em 1870 já está constituída a *Carnegie* a partir da demanda de trilhos que sera a base da *United States Steel*, constituída em 1901. Nasceram os gigantes da indústria química: Basf alemã (1865), Nobel Dynamite (1866), Dupont (1882); do petróleo: Standard (1870); dos equipamentos elétricos: Edison (1876), AEG (1883), Westinghouse (1886), General Electric (1893). Como padrão modelar de empresa colonial, verticalmente integrada, a De Beers Consolidated é constituída em 1888. A tendência à concentração é universal. Na indústria têxtil inglesa, J. P. Coats, entre 1870/1900, absorve os quatro maiores concorrentes e consolida seu império. O outro gigante do dupólio, a *Fine Cotton Spinners and Doublers*, organiza-se no mesmo período. A *Kaiser*, *carteller* da indústria de petromarim, já é dominante em 1906. Os mecanismos de concorrência são radicalmente transformados nesse período e os processos de integração e de cartelização são os modos pelos quais as grandes unidades buscam consolidar seus impérios supranacionais. Abaixo o risco, pelo menos para as empresas dominantes.

Acordos de preços, de reserva de mercado, de suprimento preferencial, de uso de patentes, de ritmo de incorporação de inovações são firmados das mais diversas formas e sob distintos aspectos. A inventiva das grandes unidades nesse desiderato – maior controle sobre o

mercado – é extremamente fecunda. Na Alemanha, em 1893, o carvão é cartelizado; em 1904, a produção siderúrgica; em 1905, existem 385 cartéis; em 1911, 600; em 1923, 1.500; em 1930, 3.600 (cartel para tudo). Em 1884, estabelece-se o cartel internacional de rílios. Em 1896, a General Electric e a Westinghouse assinam seu cartel de patentes. Rockefeller, em 1882, já montara o sistema Standard para o petróleo nos Estados Unidos. Em 1928, o *gentlemen agreement* das sete irmãs é assinado em Achnacary e a indústria de petróleo põe em ordem a casa. Em 1904, a Basf e a Bayer, os dois gigantes químicos alemães, acertam os pontos. O conglomerado tem seu primeiro modelo nesse período: a American Tobacco e a American Sugar Refining, dão o exemplo americano em 1891. A articulação com e a partir do capital financeiro, da qual a Alemanha fornece tantos exemplos, tem seu mais conhecido exemplo com a Casa Morgan, americana, que em 1901 constitui a *United States Steel*, tendo por peça a *Cornegie Steel*, através da fusão de empresas. A *United*, ao nascer sob a égide do capital financeiro, detinha 42% da produção de ferro de gusa, 66% de aço e 50% de laminados dos Estados Unidos. Morgan, em 1902, repete a receita para o transporte marítimo, provocando a reação inglesa de subsidiar sua *Tincol Line*.

O processo de urbanização e proletarianização conduz a um movimento de lutas sociais. O processo de reconhecimento dos sindicatos e rejeição da tese de que “greve é questão de polícia” foi inicialmente lento, porém se acelera em sincronia com a constituição das grandes empresas. Assim, a Inglaterra em 1875 reconhece o direito a organização de sindicatos; a França, em 1884 (sua CGT está constituída em 1895), nos Estados Unidos, a AFL data de 1881; a Suécia em 1898 já dispõe de uma organização sindical centralizada; a Alemanha autoriza o sindicato em 1890. De modestos ensaios assistencialistas à regulamentação do trabalho da criança e da mulher, à fixação da jornada de trabalho, ao reconhecimento do direito de greve, à filiação sindical obrigatória e aos acordos salariais coletivos, houve uma longa marcha com muito suor e lágrimas. Porém, já em 1908 os mineiros ingleses conquistam a jornada de oito horas, e em 1909 o salário mínimo é fixado na Inglaterra para quatro ramos industriais-chave. Em 1893, a Inglaterra tem 1,6 milhão de trabalhadores sindicalizados; em 1920, 8,3 milhões; no mesmo período os

sindicalizados alemães evoluem de 200 mil para 7,8 milhões, e a França em 1920 tem 1,8 milhão de operários sindicalizados.

O pensamento neoclássico, com vistas para o micro, assistiu a estes processos deplorando os pecados veniais e mortais que se cometiam em relação ao delicado equilíbrio de mercado. Em termos macro, não se angustiava; além das explicações *ad hoc* para o ciclo, sempre era possível atribuir perturbações do nível macro como oriundas das estripulias concretas no âmbito micro. Depois, e afinal de tudo, o nível macro não estava tão mal assim: com o ouro como padrão internacional firme desde 1880, livre convertibilidade e políticas monetárias apoiadas na teoria quantitativa, parecia funcionar bem. O nível geral de preços baixou de 1872 até 1896 (o que lhes pareceu muito bom),<sup>31</sup> e sua alta até 1914 podia ser atribuída às pressões sindicais. Provavelmente, assim refletiam os neoclássicos, afinal de contas as pequenas depressões até que servem para acalmar estas pressões salariais, e, com uma política monetária nacional é contornável a tormenta, pequenos desajustes.

Fenômenos, como a industrialização continental apoiada por proposições ideológicas do tipo nacional-economia, a França de Napoleão III e a Alemanha de Bismark, eram percebidos como infrações ao livre-comércio e, depois, afinal de contas, aquelas heresias eram loucuras de mocidade industrial. O imperialismo, as guerras coloniais, o militarismo eram fenômenos na órbita da *evolution*, fora do perimetro econômico.

A Primeira Guerra Mundial, sem dúvida, aboliu a olímpica tranquilidade da “ciência oficial”. Afinal de contas, foi dose para elefante. Sendo vejamos:

Com a *convulsão* da Primeira Grande Guerra explicitam-se em nível mundial transformações que vinham se gestando nas décadas anteriores. A Inglaterra perde definitivamente sua condição de polo hegemônico sem que a nova potência – os Estados Unidos – assumiu um papel polarizador do sistema capitalista mundial. O deslocamento e a indefinição do centro de gravidade vão acompanhados de um encurtamento do comércio internacional, da ruptura do padrão ouro e de agudos processos

<sup>31</sup> W. Vickardl estabelece o fenômeno da queda de preços combinada com a expansão violenta de uma moeda, o que lhe permitiu um acerto inicial com sua teoria.

inflacionários em alguns países. Os desequilíbrios de balanços de pagamento conduzem as economias europeias a políticas protecionistas, de fomento industrial e reativação e diversificação agrícola. A tarifa McKenna de 33% sobre os produtos de luxo, de 1915, segue-se o *Sage Guarding of Industries Act*, de 1921; a Inglaterra abandona o livre-câmbio. A tentativa de restaurar o padrão ouro, em 1925, empota com brevidade com a grande crise. Políticas monetárias apoiadas na teoria quantitativa, com a cômida autonomia que esta "tautologia teórica" fornecia, não parecem mais funcionar. Os governos europeus nos anos 20 passam intencionalmente a endossar a formação de grandes unidades. A *Imperial Chemicals ICI*, constituída em 1926, e a Morris (automóveis) são produtos de intencionais "políticas de substituição de importações" inglesas. Na Alemanha, a I.G. Farben (1926) nasce a partir do manjeio da demanda derivada pelo Tratado de Versalhes, etc... As potências coloniais fortalecem suas áreas de preferência comercial. A Inglaterra em 1906 já se havia antecipado nesta direção.

A revolução socialista soviética introduz um novo vetor no marco internacional. Ainda que inicialmente não fosse vista pelos cultores da "ciência oficial" como uma ameaça ao capitalismo, que com seus esquemas demonstrava sua inviabilidade econômica, em mais uma década a experiência soviética iria acentuar dramaticamente a performance relativa do capitalismo na década de 30 e servir de fonte a incômodas heresias no campo oficial.

### 2.2 *st* *debatida tomada de consciência da nova etapa do desenvolvimento do capitalismo*

—O Chefe de Polícia que vem um Policial espancar um Escrivão, indignouse e disse-lhe que isto o fizesse mais, sob pena de demissão.

— Não sejas tão severo comigo — respondeu o Policial sorrindo. — Não te dees com um cassete político?